

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM SINDROME DE DOWN

THE SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH DOWN SYNDROME

Conceição Albuquerque Ferreira¹
Joel Haroldo Baade²

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar aspectos da trajetória de alunos com síndrome de Down, seu desenvolvimento no ensino e aprendizagem, e como os professores trabalham para desenvolver as suas potencialidades tendo em vista a falta de capacitação de alguns professores e as dificuldades provenientes das necessidades de cada aluno. A pesquisa consistirá em um estudo bibliográfico, documental e estudo de campo, abordando três professores que trabalham com alunos com síndrome Down. Analisar se o atendimento que a legislação brasileira garante para esses alunos está acontecendo, pois, observando o aumento da educação inclusiva no ambiente escolar, faz-se necessário que os professores estejam preparados para melhor atenderem os alunos. Pretende-se demonstrar o quanto é importante a formação do professor para o desenvolvimento da aprendizagem desses alunos; pois é da sala de aula que sairão cidadãos com expectativas, sonhos, vontade de participar do mercado de trabalho e preparados para conviver em sociedade. Por isso, é importante ressaltar o quanto é necessário ao professor a formação específica nessa área a qualificação enquanto mediador de ensino e aprendizagem, sendo que os mesmos precisam estar preparados e aptos a vivenciar essa nova etapa da vida.

Palavras-chaves: Síndrome de Down. Professores. Alunos. Formação. Qualificação.

ABSTRACT

This study aims to analyze aspects of the trajectory of students with Down syndrome, their development in teaching and learning, and how teachers work to develop their potential in view of the lack of training of some teachers and the difficulties arising from the needs of each student. The research will consist of a bibliographical, documentary and field study, addressing three teachers working with students with Down syndrome. To analyze if the attendance that the Brazilian legislation guarantees for these students is happening, therefore, observing the

¹ Pós-graduada em Educação Infantil Séries Iniciais e Gestão Escolar pelo instituto de pós-graduação e extensão IPEG, Graduada em Pedagogia pela universidade Centro Educacional Leonardo da Vinci-Uniasselvi - ceissaalbuquerque@yahoo.com.

² Doutor. Docente orientador. Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Docente dos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: baadejoel@gmail.com.

increase of the inclusive education in the school environment, it is necessary that the teachers are prepared to better attend the students. It is intended to demonstrate how important teacher training is for the learning development of these students; because it is the classroom that will leave citizens with expectations, dreams, willingness to participate in the labor market and prepared to live in society. Therefore, it is important to emphasize how much it is necessary to the teacher the specific training in this area, the qualification as mediator of teaching and learning, since they must be prepared and able to experience this new stage of life.

Keywords: Down syndrome. Teachers. Students. Training. Qualification.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abordará sobre educação inclusiva e o desenvolvimento de pessoas com síndrome de Down. Segundo dados do Censo Escolar,

Existe um crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. Em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns. [...] o percentual de inclusão sobe para 93% em classes comuns. Com esse aumento é necessário que os professores estejam preparados para receber esses alunos, e que eles possam sentir-se protegido e amparados pelos profissionais que ali estão (<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03>).

Dessa forma, é notório que ainda há professores que não possuem formação na área da educação inclusiva, sendo que alguns não demonstram interesse nesses cursos de especialização. Os educadores enquanto mediadores do ensino e aprendizagem precisam estar aptos, bem qualificados e preparados, possibilitando assim aos educandos trilhar um caminho cheio de descobertas, levando-os ao desenvolvimento e à construção do conhecimento.

Esse descaso dos educadores não prejudica apenas os alunos, mas também o próprio professor que não consegue avançar profissionalmente nem metodologicamente. Talvez a desvalorização profissional pela qual vem passando a educação, e a falta de respeito dos alunos com os professores no ambiente escolar estejam contribuindo para que alguns educadores não queiram mais investir nos cursos de formação continuada.

Para Bridi (2011), as necessárias mudanças e as discussões emergidas no contexto escolar envolveram diretamente a formação de professores, ou a

falta de formação, denunciadas pelos próprios professores para trabalharem “com este tipo de alunos”. É neste contexto que emergem o medo, a resistência e as argumentações que questionam o trabalho com estes alunos, considerando a existência de experiências anteriores e/a falta de formação específica para o desenvolvimento do trabalho pedagógico (BRIDI, 2011, p. 178-199).

Para que haja uma sociedade democrática e uma diversidade social esperada para todos, se faz necessário que os problemas envolvendo a formação continuada de professores ou a sua falta sejam resolvidos. Sem apoio e sem conhecimento fica difícil conseguir desenvolver satisfatoriamente o trabalho de trazer indivíduos com síndrome de Down para a sociedade, e assim possibilitando que desenvolvam os conhecimentos para o mercado de trabalho e o convívio em grupo. Não se pode oferecer um ensino de qualidade para todos os alunos, se não há comprometimento com a formação dos educadores.

A constituição de 1988, em seu parágrafo III, afirma que haverá “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). A escola tem o dever de dar suporte para o aprendizado desses alunos, o direito de cidadão e o de socialização na sociedade em que vive. Sabe-se que o trabalho do professor exige mais do que pratica, é preciso que haja força de vontade e atitudes para poder fazer a diferença.

O trabalho do mediador em sala de aula deve ser discutido e estudado com bastante sutileza. O apoio e as regras da instituição devem ser claros e definidos, antes do trabalho iniciar. Família, instituições e profissionais devem estar juntos neste processo e sempre atentos às necessidades de mudanças que possam ocorrer (SANTOS, 2011, p. 27).

O que deve ser levado em consideração, é que se trata da formação de indivíduos que precisam estar preparados para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade. Sendo assim, é preciso haver um olhar especial dos pais, professores, gestão e governantes. Constata-se a necessidade de um trabalho cooperativo entre as instituições e os agentes sociais, para que as ações necessárias para a assistência especializada das pessoas com síndrome de Down se torne uma realidade.

Segundo o Censo Escolar, entre 2005 e 2011, as matrículas de crianças e jovens com algum tipo de deficiência (intelectual, visual, motora e auditiva) em

escolas regulares cresceu 112% e chegou a 558 mil. O Censo Escolar não diz quantas destas matrículas são de alunos com síndrome de Down, outra deficiência intelectual ou autismo. O Censo do IBGE, porém, aponta que, em 2010, 37% das crianças com deficiência intelectual na idade escolar obrigatória por lei (5 a 14 anos) estavam fora da escola, número muito superior à média nacional, de 4,2%.

Dados comprovam o crescimento de *matriculas* desses alunos nas escolas, e por ser um direito a educação de qualidade a todos os alunos, tanto as escolas públicas e privadas não podem ignorar esta realidade e especialmente a necessidade de capacitação dos docentes. Alguns professores já estão buscando qualificação profissional voltada à inclusão. Segundo o site do Governo do Brasil:

Dados do Ministério da Educação (MEC) revelam que também houve um aumento de 198% no número de professores com formação em educação especial. Em 2003, eram 3.691 docentes com esse tipo de especialização. Em 2014, esse número chegou a 97.459.

Cada vez mais os educadores sentem a necessidade da formação inclusiva, saindo assim da sua zona de conforto e buscando a qualificação para melhor atender as necessidades desses alunos. Mas ainda há muito professores sem essa formação. As instituições deveriam oferecer os cursos de formação inclusiva tanto para os professores quanto para outros funcionários que fazem parte da escola, porque todos participam efetivamente da vida escolar desses alunos, e assim todos estariam preparados para oferecer um atendimento de qualidade. Afinal, o convívio escolar não se restringe apenas às salas de aula, mas a escola como um todo é responsável pela aprendizagem desses alunos.

É preciso desenvolver condições para que pessoas com síndrome de Down também possam sair da escola como cidadãos preparados para desenvolver suas potencialidades e contribuir para uma sociedade democrática e igualitária para todos. Sabe-se que é por meio da educação que se pode mudar a realidade encontrada em um país, mas o preconceito e a discriminação ainda são algo muito presente. A única forma de mudar essa realidade é investir na educação para, quem sabe um dia, as pessoas possam participar efetivamente da sociedade independente de suas limitações.

2 ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA

A educação inclusiva tem tido um grande aumento dentro do contexto educacional, exigindo dos professores capacitação para ir além dos seus conhecimentos e assim ajudando esses alunos a alcançarem o desenvolvimento cognitivo, intelectual e social.

Deve ser responsabilidade do professor levar aos alunos o mesmo saber e os mesmos conhecimentos, não negando essa capacidade de aprendizagem a nenhum educando, principalmente aos alunos com síndrome de Down. Segundo Oliveira e Gomes (2010) não havia descrição de registro relacionável à síndrome de Down antes do século XIX. A existência de uma síndrome com faces característico foi oficialmente apresentada à comunidade científica pela primeira vez por Edouard Onesimus Seguin, em 1846, mas não havia um estudo publicado caracterizando uma pesquisa.

O primeiro relato sobre a síndrome foi feito entre 1864 e 1866, pelo médico inglês John Langdon Haydon Down, que trabalhava em uma clínica para crianças com atraso neuropsicomotor, em Surrey, na Inglaterra. A partir das últimas décadas do século XX, toda criança, independente de sexo, raça, cor, religião ou capacidade mental teria direito a cuidados médicos e educação. Começou assim, a fase do interesse científico aliado ao interesse educacional e hoje, a institucionalização, a marginalização e a ignorância, enfim, vão cedendo paulatinamente lugar ao seguimento interdisciplinar humanizado e especializado e a programas educacionais cada vez mais ricos, pautados no conhecimento de que as pessoas com síndrome de Down têm inúmeras potencialidades e revelam-nas quando bem integradas à família e à comunidade.

Sabe-se que trabalhar com esses alunos exige muito, não só da escola, como também dos professores. Peter (2003) afirma que a inclusão depende não somente de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação plural, democrática e transgressora, como são as escolas para todos.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO NO BRASIL

Sabe-se que existem políticas públicas que garantem aos alunos com síndrome de Down uma educação de qualidade, mas ainda há muito a ser feito. Nascimento (2007, p.17) afirma que a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade.

A lei estabelece direitos iguais a todos os educandos. Segundo a Lei nº 12.796, de 2013, em seu parágrafo III, destaca-se que deve haver:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

No Art. 60, parágrafo único, ainda se diz:

O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (Lei nº 12.796, de 2013).

As políticas públicas para educação inclusiva existem, mas ainda deve haver maior zelo pelo seu efetivo cumprimento.

4 FORMAÇÃO INCLUSIVA

Devido ao avanço da inclusão nas escolas de ensino básico, grande número de professores tem buscado fazer cursos voltados para a inclusão escolar, mas ainda há professores que não possuem formação ou especialização na área. Há grande volume de oferta de cursos na área de inclusão disponíveis em várias instituições educacionais, desde as universidades até os pequenos centros de ensino e faculdades. A LDBEN, n. 9.394/1996, estabelece que deve haver professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

As diretrizes estabelecidas pelo Parecer CNE/CEB n.17/2001 e a Resolução CNE/CEB n.2/2001 ressaltam a necessidade do professor de educação especial, com especialização adequada em nível médio ou superior,

para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Além disso, ainda se estabelece que a capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel-chave nos programas relativos às necessidades educacionais especiais.

A formação dos profissionais capacitados para a educação inclusiva deverá possuir um núcleo comum constituído de um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar numa ou várias categorias particulares de deficiência. No contexto da educação especial, há necessidade de profissionais cada vez mais capacitados e especializados para atender a população que cresce a cada dia nos ambientes escolares. Visto que ainda se encontram professores sem formação inclusão, mais é notório que eles não conseguem oferecer o mesmo nível de desenvolvimento que um profissional que se especializou, mas compete às instituições o incentivo a esses professores para buscarem a especialização.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa será uma pesquisa qualitativa e de campo. Strauss e Corbin (2008, p. 23) dizem que:

Pesquisa qualitativa pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações.

Será uma pesquisa exploratória por haver pouco conhecimento sobre o assunto pesquisado, especialmente no contexto de aplicação da pesquisa. A pesquisa exploratória permite uma aproximação ao tema, abrindo caminhos para pesquisas futuras, que possam se concentrar em aspectos específicos indicados nessas pesquisas iniciais (BEUREN, 2006).

Para essa coleta de dados foi utilizado uma pesquisa qualitativa com objetivos de analisar aspectos do ensino e aprendizagem, relatos de professores que trabalham com aluno com síndrome Down fazendo um levantamento bibliográfico e elaborando um panorama sobre a legislação brasileira no que se refere à educação regular inclusiva. Foi feito um convite a três professores que

trabalham em uma escola da rede municipal de Brusque-SC, que atende uma criança com síndrome de Down, e aceitaram fazer parte da pesquisa. Com dia e horários marcados, a pesquisadora se descolou até a escola na qual foi realizada entrevista com os professores.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro questionamento feito aos participantes da pesquisa foi relativo à sua experiência profissional na docência. A primeira pessoa entrevistada relatou que era formada em pedagogia, com especialização em educação infantil e série iniciais, e já trabalhava há 23 anos em sala de aula. Já trabalhou com duas crianças com síndrome de Down além da que trabalha por ocasião da entrevista (Professora A). A segunda pessoa era formada em educação Artística com habilitação em música, pós-graduação em supervisão, orientação e gestão escolar. Já trabalhou com outras crianças com síndrome de Down antes da experiência por ocasião da entrevista. A terceira pessoa relatou que não tem formação nem experiência na docência, sendo o primeiro ano de trabalho na educação.

Ao solicitar que os entrevistados relatassem as suas experiências em sala de aula com a inclusão de pessoas com síndrome de Down, a primeira entrevistada relatou:

Já havia trabalhado com duas crianças com síndrome Down antes desse aluno que trabalho nesse ano. A primeira nunca tinha frequentado a escola antes, até os cinco anos ela havia ficado em casa com os pais então ela já começou na pré-escola, era uma criança bem agressiva, tinha dificuldade de interação com os colegas, não tinha foco na aprendizagem, frequentava só duas vezes por semana a escola, tornando assim seu aprendizado bem limitado. Além de ter essas dificuldades a própria família o excluía, mantendo-o dentro de casa (Professora A).

A segunda criança já foi bem mais tranquila, ela era uma criança que já tinha contato desde bebê com grupos, ele já frequentava o instituto Santa Inez desde os seis meses, então tinha toda uma construção ali. Ele tinha uma participação muito boa na sala, mais tinha dificuldade no aprendizado, sendo bem complicado. E o que ela trabalha esse ano é muito esperto, tem facilidade na aprendizagem aprende muito fácil, mas tem uma bem acentuada. Todo dia é um desafio porque não se sabe como ele vai chegar, se calmo ou agitado. Dependendo como ele chega, é preciso mudar o planejamento, porque além da síndrome Down, ele tem imperatividade e síndrome do opositor (Professora A).

O Professor B disse que já tinha trabalhado com outras crianças antes, mas que cada criança é diferente. As duas que ele trabalhou não tinha dificuldades no comportamento nem no aprendizado, mas esse que ele trabalhava por ocasião da entrevista tem dificuldades de concentração devido à sua imperatividade.

Já a Professora C relatou que o desafio é fazer com que a criança se concentre nas atividades. Mas que ela também tem aprendido a cada dia com ele e inclusive tem aprendido realmente o que é inclusão, porque inclusão falada é diferente da inclusão vivida.

Após analisar os dados colhidos na entrevista, é possível ver que ainda há professores capacitados, porém sem nenhuma formação na educação inclusiva trabalhando com alunos deficientes, como garante as diretrizes estabelecidas pelo Parecer CNE/CEB n.17/2001 e a Resolução CNE/CEB n.2/2001, que ressalta a importância da formação e a especialização do professor no ensino médio e superior para atendimento especializado. A lei estabelece também a necessidade de professores capacitados para integração desses educandos nas classes comuns. É possível observar que dois dos participantes eram formados e pós-graduados, porém não tinham formação específica em inclusão, e a outra participante além de não ter formação na área, também não tinha experiência tanto na educação regular quanto na educação inclusiva. Bridi (2011, p. 178-199) diz que neste contexto que emerge o medo, a resistência e as argumentações que questionam o trabalho com estes alunos, considerando a existência de experiências anteriores e a falta de formação específica para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Ao perguntar quais as dificuldades para a educação de pessoas com síndrome de Down na educação básica a partir da vivência de cada um, as opiniões divergiram.

A primeira entrevistada disse que é a participação da família na escola dando a base necessária para eles estarem trabalhando, porque às vezes a família se exclui do processo de ensino e aprendizagem da criança (Professora A).

A segunda disse não ver dificuldades, porque eles se relacionam bem com o grupo, e quando eles vão desde pequeno para escola tem um bom desenvolvimento cognitivo (Professor B).

A terceira falou que a dificuldade da síndrome Down é que o acompanhamento deles é diferenciado. Eles não acompanham a turma nos conteúdos, mas dentro das limitações eles vão acompanhando e progredindo (Professora C).

Os entrevistados tiveram opiniões diferentes um do outro, dando a entender que cada um trabalha de maneiras diferentes com o mesmo aluno. A professora A relatou que gosta de trabalhar junto à família, um dos métodos que para o médico inglês John Langdon Haydon pessoas com síndrome de Down têm inúmeras potencialidades e revelam-nas quando bem integradas à família e à comunidade.

Quando a pesquisadora perguntou quais as estratégias adotadas por eles para a educação e desenvolvimento da pessoa com síndrome de Down na escola, os entrevistados disseram:

É necessário estar trabalhando com a família, conhecer a criança, conhecer quais as dificuldades no processo de aprendizagem e o dia a dia com atividades específicas adaptadas (Professora A).

A segunda pessoa entrevistada disse que o desafio é envolver ele nas atividades de acordo com a especificação (Professor B). A terceira pessoa disse que emprega a estratégia de trocas: “com ele tem que ser uma troca, negociando é uma maneira mais fácil de trabalhar com ele porque é bem complicado fazer com que ele foque nas atividades e que ele adentre ao conteúdo (Professora C).

Observamos que os professores entrevistados trabalham com a família, atividades específicas e adaptadas: uma com estratégia de trocas. Santos (2011, p 27) diz que a família, instituições e profissionais devem estar juntos neste processo e sempre atentos às necessidades de mudanças que possam ocorrer.

Ao perguntar quais as estratégias usadas para a inclusão e socialização da criança com síndrome de Down em sala e na escola, a primeira entrevistada disse que:

Estou fazendo a mediação o tempo todo entre ele e os colegas, o fazendo entender que tem limite, que não pode fazer o que quer e a hora quer, tudo que quer e como quer (Professora A).

A segunda pessoa entrevistada disse que a estratégia é estar colocando ele sempre nos grupos com atividade ao seu nível de aprendizagem, fazendo com que ele se socialize entre o grupo e participe de todos os eventos da escola

(Professor B). A terceira entrevistada disse que é colocando ele para participar em tudo com os colegas, inserindo ele nos eventos da escola (Professora C).

Observando a fala dos entrevistados é possível ver que eles inserem o aluno em todos os eventos da escola e nas atividades proposta para a turma. Peter (2003) afirma que a inclusão depende não somente de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação plural, democrática e transgressora, como são as escolas para todos.

Ao pedir que os professores relatassem o comportamento da turma em relação à criança com Síndrome de Down na escola e na sala os entrevistados falaram que:

Agora está bem tranquilo, mas no início do ano teve aquele choque de aceitação, ver que ele tinha necessidade que precisava ser observada, mas a partir do momento que foi chamada a família, foi feita uma conversa em sala com o grupo e explicado que ele tem essas necessidades especiais, e que não era da vontade dele fazer aquilo, o grupo entendeu (Professora A).

A segunda pessoa entrevistada disse que a turma às vezes sabe que o professor precisa dar atenção ao aluno com síndrome Down, então tem alguns alunos que se aproveitam da situação para também chamar atenção aproveitando do momento (Professor B).

A terceira pessoa disse que no início houve algumas dificuldades para fazer os colegas entenderem e compreenderem porque ele tinha certos benefícios, porque ele poderia sair de sala em alguns momentos. Mas depois que foi feita uma conversa com a turma e com os familiares, tudo se resolveu (Professor C).

A professora A e C relataram que tiveram algumas dificuldades no início do ano com a turma em relação à aceitação do comportamento do aluno em sala, mas que até o momento da entrevista estava tudo certo, que após uma conversa com a turma e os pais dos mesmos eles entenderam e aceitaram. Já o professor B disse que tem dificuldade em controlar o comportamento da turma, que o grupo aproveita a situação para ficar conversando no momento em que o professor está dando suporte ao aluno com síndrome down.

Quando a pesquisadora perguntou o que caracteriza o comportamento da criança com Síndrome de Down na sala e na escola, os entrevistados responderam que:

A primeira entrevistada disse que algumas características são comuns em todos os três que ela já trabalhou, mas são bem específicos, principalmente na questão de temperamento e comportamento. (Professora A). A segunda pessoa entrevistada disse que a característica é o comportamento e o aprendizado que é mais lento (Professor B). A terceira pessoa entrevistada disse que o comportamento é característico, o aluno que ele trabalha muda muito de humor, quatro horas de aula ele apresenta três tipos de comportamento (Professora C).

Ao pedir que os professores falassem o que diferencia o processo de ensino e aprendizagem da criança com Síndrome de Down em relação às outras crianças, os entrevistados disseram que:

Cada criança com síndrome Down é específica, vai depender muito da criança em si, o que ela tem esse ano possui uma defasagem na alfabetização, está começando a alfabetizar agora devido à imperatividade, não pelo desenvolvimento cognitivo. A única coisa que diferencia é que eles demoram mais para entender, tem que ser mais na base da repetição (Professora A).

A segunda pessoa disse: “o que diferencia, é que ele demora a absorver o que se pede, o processo é mais lento por isso é na repetição” (Professor B). A terceira pessoa entrevistada falou que: “A diferença é que a idade mental dele é menor, por isso ele vai demorar mais que as outras crianças para aprender” (Professora C).

Os participantes relataram também que o desenvolvimento depende de cada aluno com síndrome de Down, alguns podem ter dificuldades de aprendizado. Se o aluno tiver outra síndrome ou imperatividade igual ao que eles têm esse ano, o aprendizado é mais lento. Se ele não tiver, é uma criança com um bom desenvolvimento de aprendizagem. Em outro momento, eles reforçam que o aluno com síndrome Down tem um desenvolvimento de aprendizagem mais lento, que não conseguem acompanhar o desenvolvimento das outras crianças.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a fala dos participantes e comparando com o que garante a lei e o que os autores defendem, ainda existe uma defasagem na educação de pessoas com deficiência nas escolas públicas brasileiras. Mesmo alguns profissionais tendo formação em alguma área da educação e tendo alguma experiência de sala de aula, ainda não é o suficiente para trabalhar com a inclusão. É preciso uma base teórica, um conhecimento além dos saberes para trabalharem com esses alunos e prepara-los para seu convívio social. É evidente a importância da participação da família junto à escola para que o desenvolvimento dessas crianças possa ocorrer de maneira plena e satisfatória. Talvez fosse interessante aos pesquisadores pesquisarem um pouco mais o que acontece com as fiscalizações brasileiras nas escolas públicas, porque as leis garantem uma coisa e nas escolas acontece outra, o que falta ou realmente necessita para as leis serem cumpridas e fazer valer o direito dessas pessoas deficientes. Fazer um levantamento sobre esses dados e ver o que os gestores falam a esse respeito.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Teoria e práticas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em: 21 mar 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=Download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 mar 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CEB 17/2001 – HOMOLOGADO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

MORENO, Ana Carolina; FAJARDO, Vanessa. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual cresce e desafia escolas**. Disponível em: <<http://amorinclusivo10.blogspot.com.br/2013/03/inclusao-educacional-ainda-e-um-desafio.html>>. Acesso em: 21 mar 2018.

OLIVEIRA, Gisele Santos de; GOMES, Meire. **História da Síndrome de Down**. Disponível em: <<https://espacoDown.wordpress.com/historia-da-sindrome-de-Down/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

PETENATE, Marcelo. **Como fazer uma boa análise de dados?**. Disponível em: <<https://www.escolaedti.com.br/como-fazer-uma-boa-analise-de-dados>>. Acesso em: 21 mar 2018.

RODRIGUES, Sonia Maria. **Educação Inclusiva e formação docente**. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-e-formacao-docente>>. Acesso em: 21 mar 2018.

SANTOS, Maria Helena F. Terapeuta Ocupacional e Psicomotricista. **Ciranda da Inclusão**, Ano 2, n.14, p. 27, fev. 2011.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Métodos de Pesquisa: Pesquisa qualitativa, técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.